

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 3/2022



Serviço de Apoio Institucional do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro

Nesta edição:

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE SAÚDE NO DGMP

- [Relatório Anual de Gestão 2021](#)
- [Ações para a Covid-19 no RAG 2021](#)
- [Plano Municipal de Saúde 2022-2025](#)
- [Programação Anual de Saúde 2022](#)
- [Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior \(RDQA\)](#)

OFICINAS DE REGIONALIZAÇÃO

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

- [Programação Anual de Saúde – “Saúde Mental”](#)
- [Programação Anual de Saúde – “Matriciamento”](#)
- [Relatório Anual de Gestão – “Saúde Mental”](#)
- [Relatório Anual de Gestão – “Matriciamento”](#)

APRESENTAÇÃO

Nesta edição, a SEINSF-RJ apresenta a atualização da situação dos instrumentos de planejamento municipais no sistema DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP) até o mês de setembro. São apresentadas, inicialmente, as informações sobre o Relatório Anual de Gestão 2021, além da análise sobre a inserção de ações para a Covid-19. Reforçamos que a prestação de contas sobre esses recursos é uma das obrigações estabelecidas pela legislação e que o estado apresenta pendências nesse sentido. Alertamos ainda sobre o papel dos respectivos conselhos de saúde em analisar os instrumentos de planejamento e emitir apreciação em tempo oportuno, visando ao melhor andamento do processo de planejamento. Num segundo momento, apresentamos a situação atualizada dos instrumentos vigentes, como o Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e os respectivos relatórios de monitoramento.

O Boletim também apresenta algumas informações sobre o "Projeto Regionalização" de pactuação nacional e execução tripartite no Estado do Rio de Janeiro. Nesse mês de setembro, a agenda prevista para 2022 foi concluída, com a realização da última oficina na cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, encerramos o Boletim apresentando os resultados do levantamento temático realizado pela equipe acerca da existência de ações de saúde mental nos instrumentos de planejamento municipais (PAS e RAG), conforme explicado na análise. Confira!

Boa leitura!

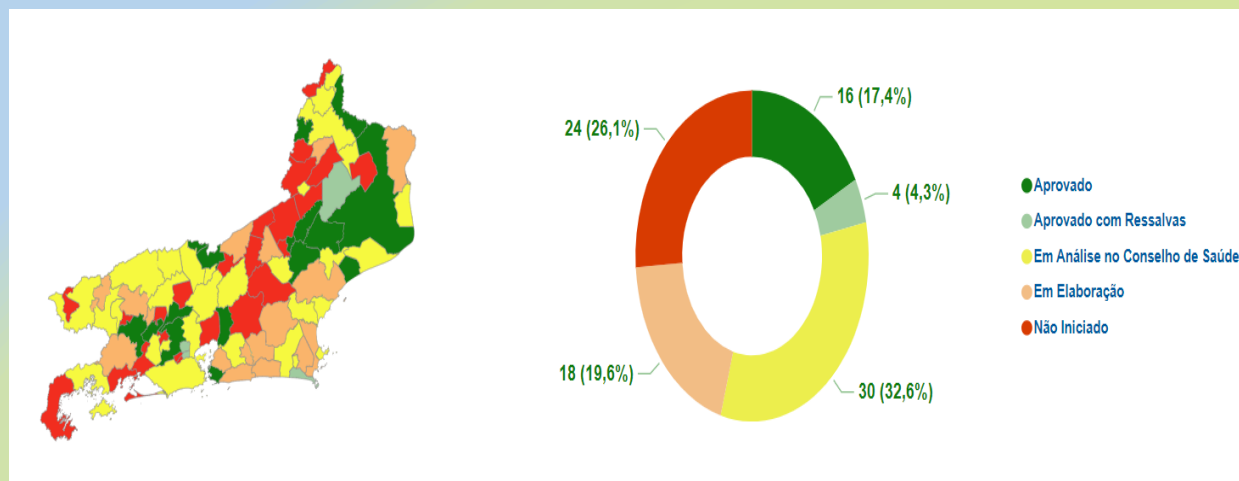
2022 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

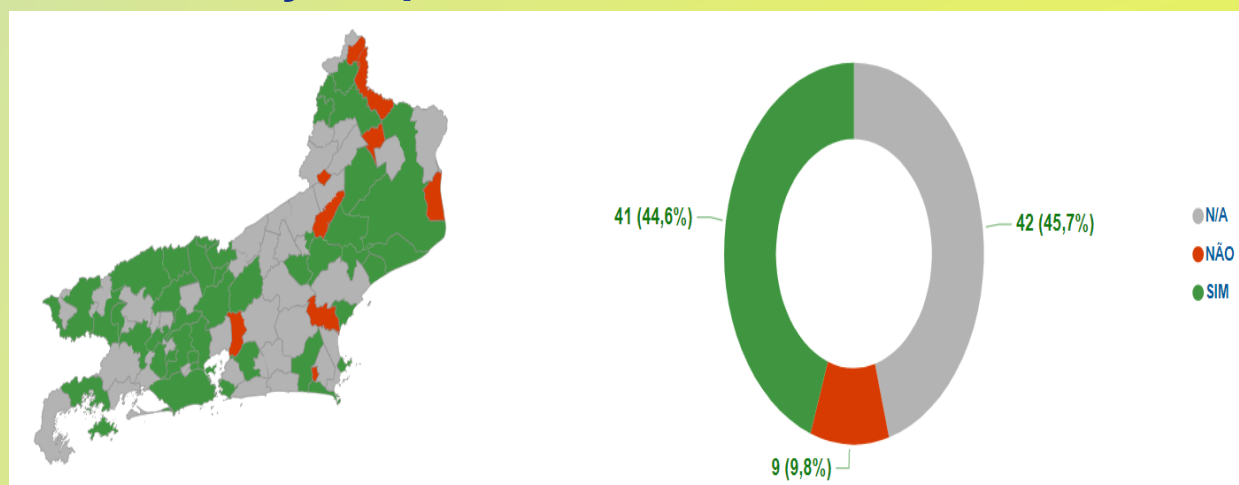
SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAIS NO DGMP

Relatório Anual de Gestão (RAG) 2021



* Os dados foram coletados no dia 12/09/2022.

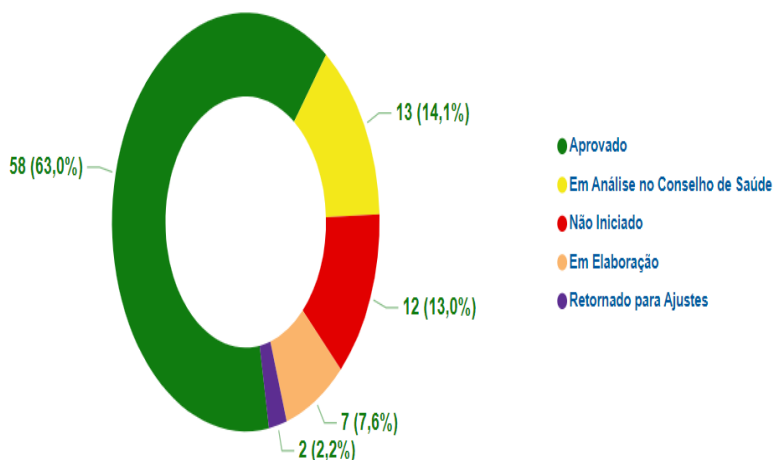
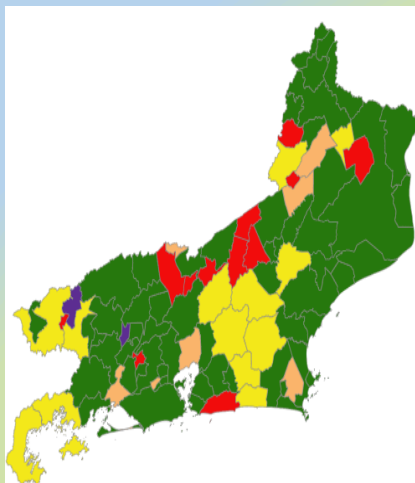
Ações para a Covid-19 no RAG 2021



* Os dados foram coletados no dia 12/09/2022.

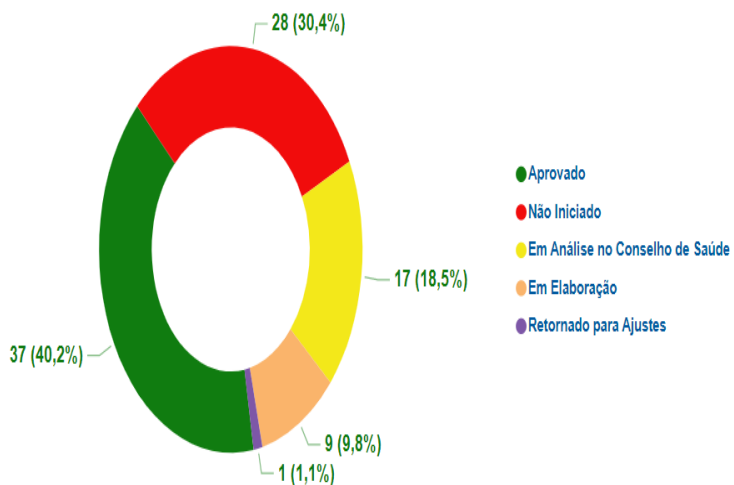
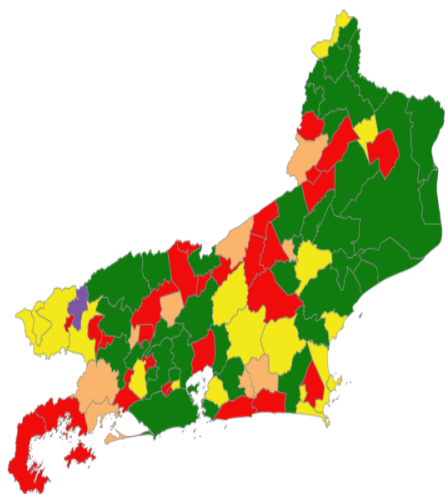
Na legenda, N/A (“Não se Aplica”) refere-se ao quantitativo de municípios que não inseriram o RAG 2021 no DGMP, portanto, a informação sobre as ações para a Covid-19 não puderam ser verificadas. Em verde, estão os municípios que apresentaram ações para Covid-19 no instrumento e em vermelho os municípios que não prestaram tais informações nos relatórios inseridos.

Plano Municipal de Saúde (PMS) 2022-2025



* Os dados foram coletados no dia 12/09/2022.

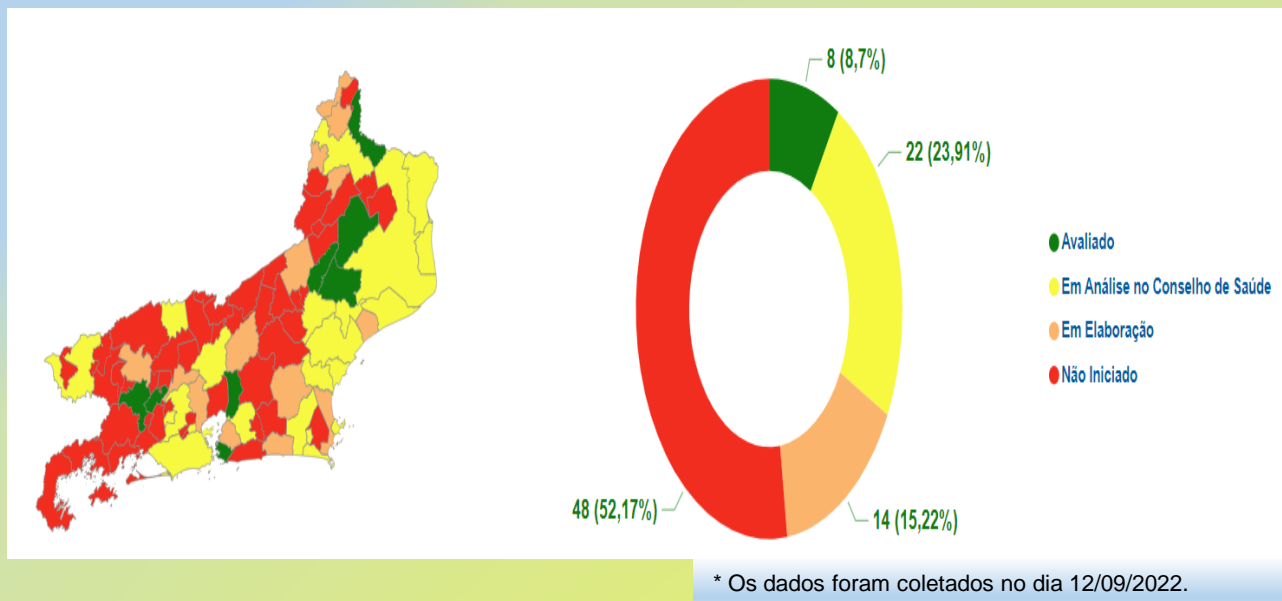
Programação Anual de Saúde Municipal (PAS) 2022



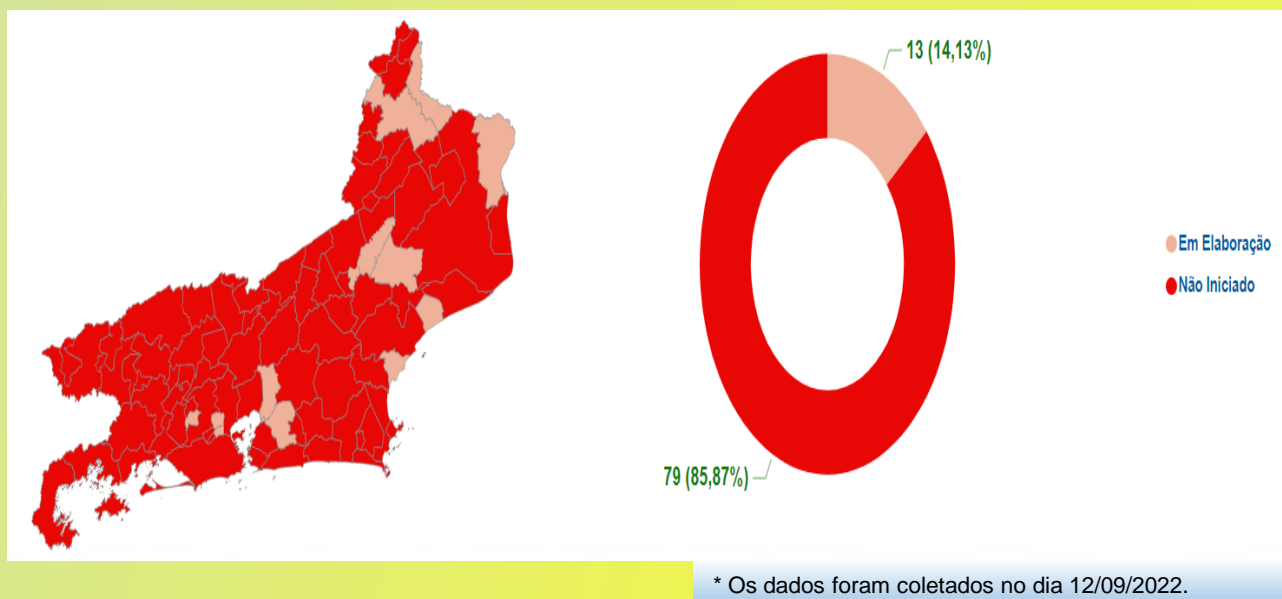
* Os dados foram coletados no dia 12/09/2022.

Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

1º quadrimestre/2022



2º quadrimestre/2022



OFICINAS DO "PROJETO REGIONALIZAÇÃO"

O "Projeto Regionalização", de pactuação tripartite, tem o objetivo de promover ações de desenvolvimento da regionalização nos estados da Federação no triênio 2021-2023.

No Rio de Janeiro, foram realizadas, neste semestre, em parceria com o Hospital Alemão Oswald Cruz (HAOC), o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (COSEMS-RJ), a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) e o Apoio Institucional do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (SEINSF-RJ/SEMS/RJ), oficinas regionais presenciais em todas as regiões de saúde.

Para este ano, foram selecionadas duas linhas de cuidados: câncer de mama e atenção materno-infantil. Em 2023, teremos outras oficinas abrangendo outras prioridades regionais no estado.

19 e 20/07/2022 – Volta Redonda
Baía da Ilha Grande, Centro Sul e Médio Paraíba

02 e 03/08/2022 – Itaperuna
Norte e Nordeste

17 e 18/08/2022 – Nova Friburgo
Serrana

30 e 31/08/2022 – Niterói
Metropolitana II e Baixa Litorânea

21 a 22/09/2021 – Rio de Janeiro
Metropolitana I



POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Na edição de setembro do Boletim SEINSF-RJ apresentamos a temática Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas - mesmo mês da realização da V Conferência Estadual de Saúde Mental, que ocorreu dias 17 e 18 de setembro de 2022.

O Sistema Conselhos tem um importante mandato de promover as Conferências de Saúde, cujos debates subsidiam a elaboração de Diretrizes para as políticas e para o planejamento do SUS. Neste sentido, a Resolução CNS nº 652 de 14 de dezembro de 2020 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) convocou a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, agendada para 16 a 19 de maio de 2023, e que tem como Tema Central “A Política de Saúde Mental como Direito: Pela defesa do cuidado em liberdade, rumo a avanços e garantia dos serviços da atenção psicossocial no SUS”.

Para mais detalhes acesse o texto “Organização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental e a elaboração de Diretrizes para o Planejamento do SUS” em [Apoio Institucional da Gestão Federal do SUS - R31RJ2](#).

A principal Diretriz da Política Nacional de Saúde Mental, amparada pela Lei Federal nº 10.216/2001, é a Desinstitucionalização, e sua materialização se dá pela implementação da rede substitutiva às instituições asilares, dentre outras estratégias. A Diretriz Redução de Danos é estruturante no cuidado para pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. Adicionalmente, o Direito à Convivência Familiar e Comunitária previsto na Lei Federal nº 8.069/1990 é fundamental no cuidado para crianças, adolescentes e jovens, priorizando a atenção de base territorial.

Outra função relevante dos Conselhos de Saúde é a apreciação do Relatório Anual de Gestão (RAG), que compreende a análise de indicadores correspondentes às metas definidas na Programação Anual de Saúde (PAS). Atualmente, o principal indicador adotado para o acompanhamento da Política Nacional de Saúde Mental é “Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica”. O indicador está diretamente relacionado ao procedimento de CAPS “Matriciamento de equipes dos pontos de atenção da atenção básica, urgência e emergência, e dos serviços hospitalares de referência” e é adotado pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro para monitorar o Cofinanciamento para Rede de Atenção Psicossocial – “COFI RAPS” (Lei Estadual Nº 8.154/2018).

As ações de matriciamento estão relacionadas ao apoio para conduzir um caso, abordar a família e elaborar o projeto terapêutico, compreendendo o suporte para realizar intervenções psicossociais específicas na Atenção Primária. A articulação entre a atenção estratégica em saúde mental – os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) - e os serviços da APS, como a Unidade Básica de Saúde (UBS) e o Consultório na Rua (CnR), é fundamental para o desenvolvimento do cuidado integral. No estado do Rio de Janeiro, destaca-se também o advento da Lei Estadual No 9.323/2021 que cria a política estadual dos centros de convivência da rede de atenção psicossocial.

Ver mais em [NOTA TÉCNICA SOBRE O INDICADOR DO COFI-RAPS "MATRICIAMENTO"](#).

Tendo em vista colaborar no monitoramento da Política de Saúde Mental no RJ, apresentamos um panorama gráfico adotando como metodologia a análise dos instrumentos de planejamento do SUS a partir da busca por palavras chave. Num primeiro momento procuramos pela palavra “Mental”, “Psicossocial”, “CAPS” e “RAPS” e em outra perspectiva buscamos as palavras “Matriciamento” na PAS e no RAG 2020 e 2021 dos 92 municípios fluminenses, dentre os quais 82 têm CAPS habilitados pelo Ministério da Saúde.

Ao analisar a PAS é possível verificar se a Política Nacional de Saúde Mental está explícita no documento por meio do desenho de metas e ações específicas. A análise dos Relatórios de Gestão tem por objetivo verificar a prestação de contas relativa a um programa, sobretudo quando há participação financeira de mais de um ente da federação, como é o caso da saúde mental no RJ que conta com repasses federais para serviços e cofinanciamento estadual.

Na leitura de resultados, fizemos análise por tipo de instrumento (primeiro a PAS e depois o RAG), comparando o comportamento dos municípios em 2020 e 2021. Quanto à PAS, chama atenção a quantidade de municípios que apresentaram o instrumento, porém não incluíram “Ações de Matriciamento”, sendo um total de 33, em 2020, e de 29, em 2021. Quanto ao RAG, todos os municípios que apresentaram o Relatório incluíram o “Indicador Matriciamento”. No entanto, entre 2020 e 2021, nota-se a diminuição de municípios que apresentaram o Relatório, que é o instrumento adequado para prestação de contas, mesmo após o início do COFI RAPS (SES-RJ).

Política de Saúde Mental e Ações de Matriciamento na PAS 2020 e 2021

Em 2020, 82 (89,13%) municípios encaminharam a PAS por meio do Sistema DigiSUS Gestor, e dentre estes, todos incluíram metas de Saúde Mental. Já em 2021, dos 80 municípios que apresentaram PAS, 79 (85,87%) incluíram metas de Saúde Mental. Em 2020, 49 (53,26%) dos 92 municípios inseriram Ações de Matriciamento no PAS, enquanto em 2021 esse número subiu discretamente para 51 (55,43%).

Indicador Matriciamento no RAG 2020 e 2021

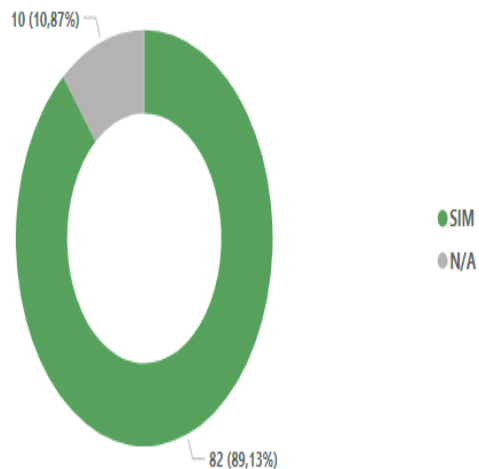
Em 2020 e 2021 todos municípios que apresentaram o Relatório Anual de Gestão - sendo 65 (percentual) e 54 (percentual), respectivamente, abarcaram metas e/ou ações de Saúde Mental. Houve também uma redução de cerca de 10 pontos percentuais entre 2020 e 2021, passando de 62 (67,39%) para 53 (57,61%) o número de municípios que efetivaram prestação de contas por meio do registro do “Indicador Matriciamento” no RAG. Esses números poderão sofrer alterações considerando-se que 27 municípios (em 2020) e 39 (em 2021) não apresentaram Relatório Anual de Gestão até o fechamento desta edição.

Programação Anual de Saúde – “Saúde Mental”

2020



● N/A
● SIM

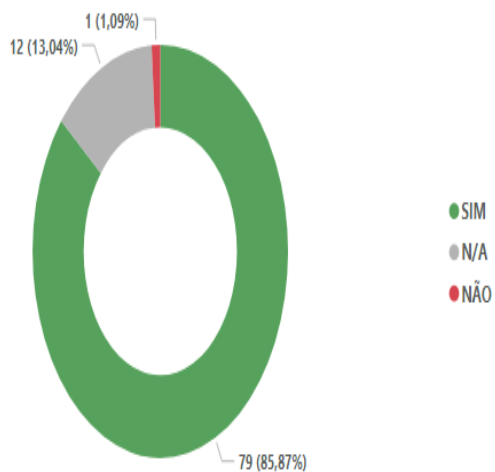


* Os dados foram coletados entre os dias 18/08 a 13/09/2022

2021



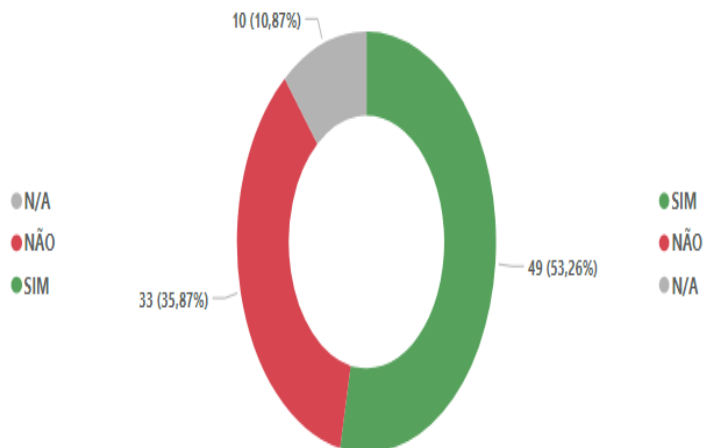
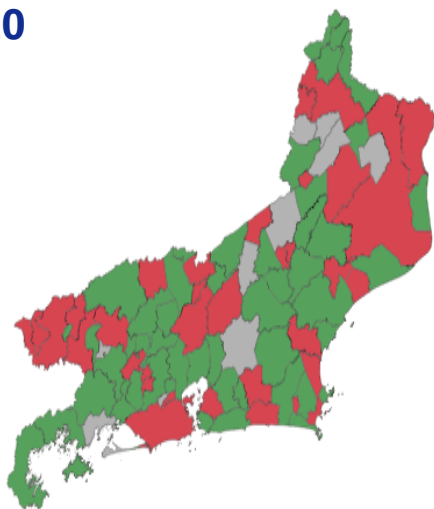
● N/A
● NÃO
● SIM



* Os dados foram coletados entre os dias 18/08 a 13/09/2022

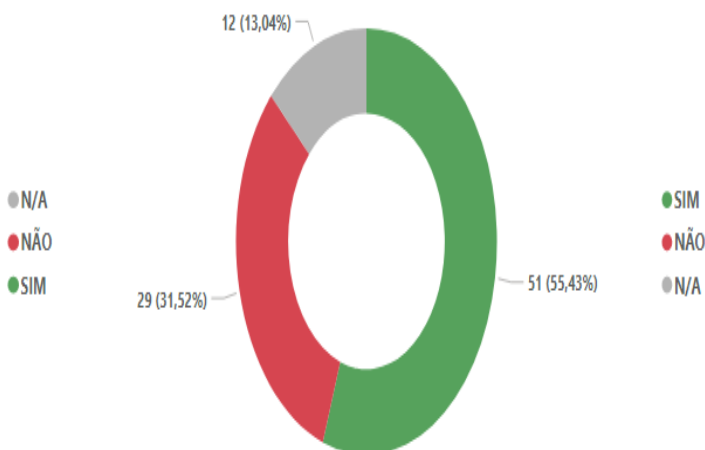
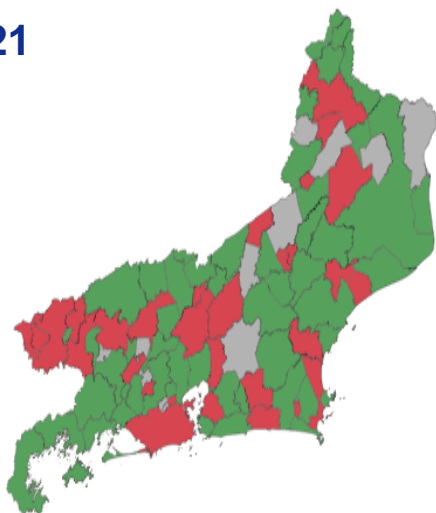
Programação Anual de Saúde – “Matriciamento”

2020



* Os dados foram coletados entre os dias 18/08 a 13/09/2022

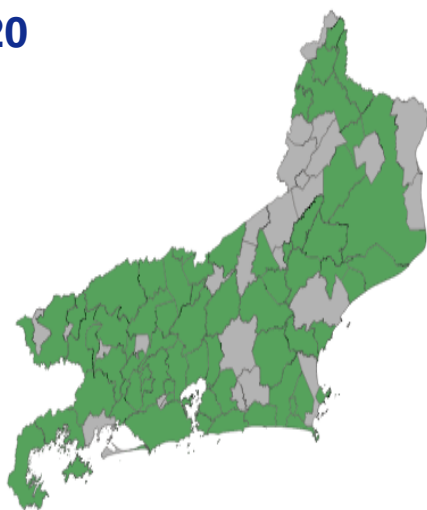
2021



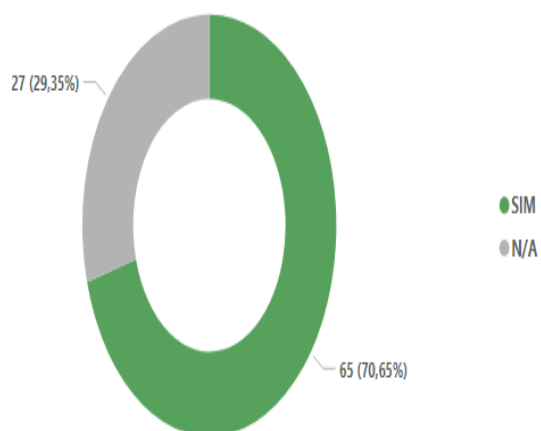
* Os dados foram coletados entre os dias 18/08 a 13/09/2022

Relatório Anual de Gestão – “Saúde Mental”

2020

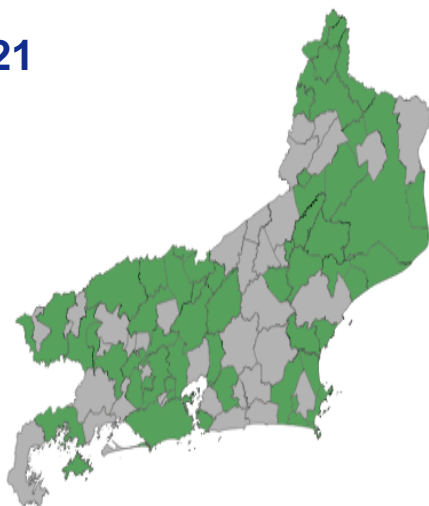


● N/A
● SIM

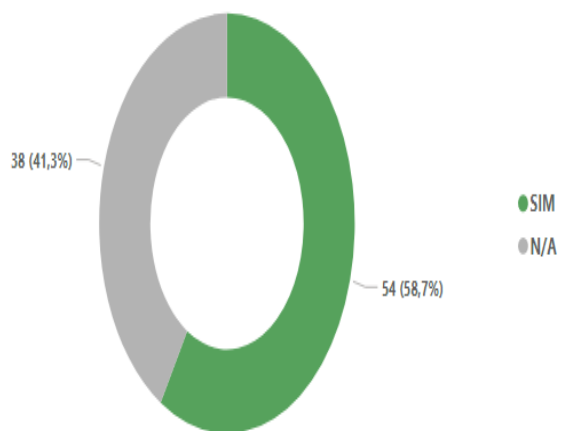


* Os dados foram coletados entre os dias 18/08 a 13/09/2022

2021



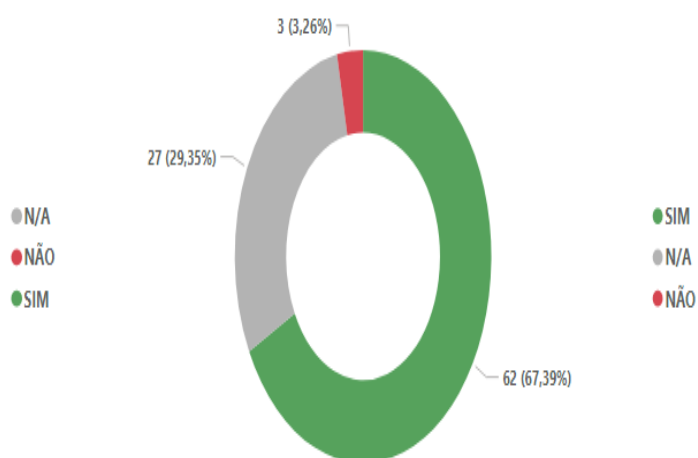
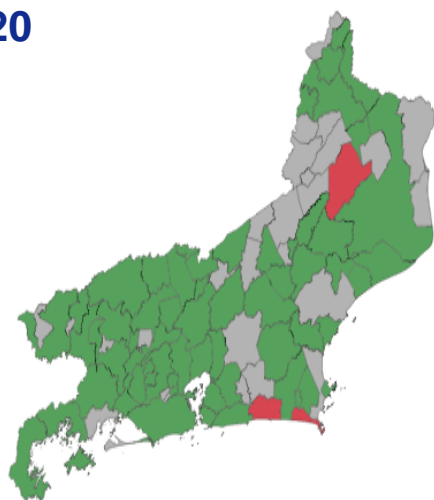
● N/A
● SIM



* Os dados foram coletados entre os dias 18/08 a 13/09/2022

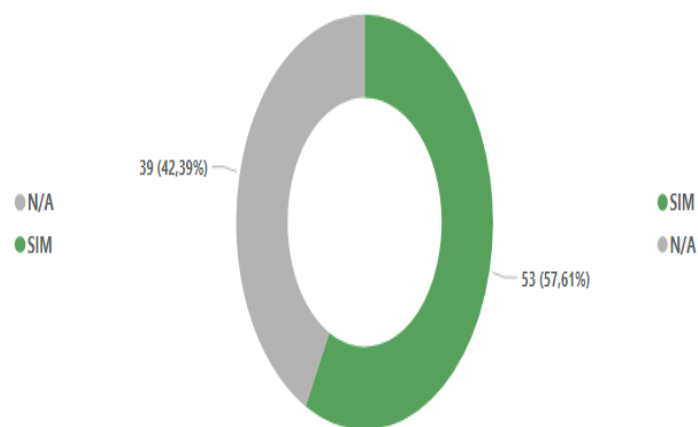
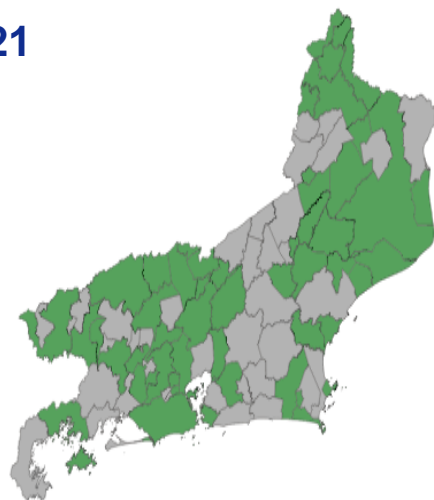
Relatório Anual de Gestão – “Matriciamento”

2020



* Os dados foram coletados entre os dias 18/08 a 13/09/2022

2021



* Os dados foram coletados entre os dias 18/08 a 13/09/2022

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Comissão Intergestores Tripartite. [Resolução Nº 8, de 24 de novembro de 2016. Dispõe sobre o processo de pactuação interfederativa de indicadores para o período 2017-2021, relacionados a prioridades nacionais em saúde. Brasília, DF, 2020.](#)

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. [Resolução Nº 652, de 14 de dezembro de 2020. Convoca a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental \(5ª CNSM\), cuja etapa Nacional será realizada em Brasília. Brasília, DF, 2020.](#)

BRASIL. Constituição (1988). [Emenda Constitucional Nº 106/2020: regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública pela pandemia. Brasília, DF, 2020.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. [Boletim Informativo N.28, ago.2022. Situação dos Instrumentos de Planejamento, Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa. Brasília, DF, 2022.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. [Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, DF, 2011.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. [Manual do usuário: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF, 2021. Brasília, DF, 2021.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. [Manual do usuário para Conselheiros: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF, 2021.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. [Nota informativa Nº 1/2022-COGINP/CGPS/DGIP/SE/MS: Relação dos vínculos dos usuários e os respectivos perfis de acesso disponíveis no SCPA para utilização do Sistema DigiSUS Gestor Módulo Planejamento – DGMP. Brasília, DF, 2022.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. [Nota informativa Nº 3/2022-CGFIP/DGIP/SE/MS: impacto da indisponibilidade do SIOPS para integração das informações de execução orçamentária e financeira para o RDQA e o RAG. Brasília, DF, 2022.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. [Nota informativa Nº 1/2022-CGFIP/DGIP/SE/MS: divergências verificadas na apresentação dos dados de gestão alimentados no SIOPS e importados para o item 1 dos RDQA e dos RAG o DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento \(DGMP\). Brasília, DF, 2022.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. [Nota Informativa Nº 8/2021-CGFIP/ DGIP/SE/MS: inserção dos arquivos do Plano de Saúde \(PS\) e da Programação Anual de Saúde \(PAS\) no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento \(DGMP\). Brasília, DF, 2021.](#)

BRASIL. Ministério da Saúde. [Nota Informativa Nº 7/ 2021-CGFIP/DGIP/SE/MS: procedimentos aplicáveis da não apresentação de instrumentos de planejamento pelos gestores de saúde. Brasília, DF, 2021.](#)

DA GUIA, F. R. [“Organização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental e a Elaboração de Diretrizes para o Planejamento do SUS”. Relato apresentado na 2ª Mostra de Experiências do Apoio Institucional da Gestão Federal do SUS. São Paulo, SP, 2022](#)

RIO DE JANEIRO. Comissão Intergestores Bipartite. [Deliberação Nº 6.333, de 11 de fevereiro de 2021. Pactua o cronograma e o processo de pactuação das metas dos indicadores tripartite e bipartite para 2021. Rio de Janeiro, RJ, 2021.](#)

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Saúde. [Nota técnica sobre o indicador do COFI-RAPS “MATRICIAMENTO”. Rio de Janeiro, RJ, 2021.](#)



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

